

DESPACHO JUDICIAL

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores

Vara de Família e Menores de Lisboa

Lisboa, 15 de março de 2024

I. Identificação das partes

Autor / Requerente	Réu / Requerido
João Silva , menor, representado por Maria Silva , residente em Rua da Liberdade, 45, 3.º Dto., 1150-067 Lisboa, NIF 123 456 789	Associação Casa da Juventude, Lda. , pessoa coletiva n.º 504 321 987, sede em Rua da Juventude, 12, 4000-123 Porto, e Carlos Mendes , cidadão português, portador do Cartão de Cidadão n.º 12345678, residente em Avenida das Flores, 78, 2.º Esq., 3000-456 Coimbra
Mandatário: Dr. Luís Costa, OAB 12345, escritório em Av. das Nações Unidas, 22, 1050-148 Lisboa	Mandatário: Dra. Sofia Almeida, OAB 67890, escritório em Rua da Constituição, 5, 1050-159 Lisboa

II. Fundamentação de facto e de direito

- Dos factos** – Consoante a denúncia apresentada pela representante legal do menor, João Silva, a Associação Casa da Juventude, Lda., bem como o seu ex-diretor Carlos Mendes, praticaram, entre 2015 e 2020, atos de abuso sexual continuado sobre menores frequentadores da referida entidade, violando, assim, o dever legal de vigilância e proteção previsto no Código da Família e da Proteção da Criança e do Adolescente (CFPCA) e no Código Penal.
- Do enquadramento jurídico** – Os atos descritos constituem, em termos penais, os crimes de abuso sexual de menores (artigos 172.º e 173.º do Código Penal) e, em matéria civil, violação da obrigação de cuidado e proteção (artigos 483.º e 486.º do Código Civil). A coexistência de ação civil e penal autoriza, nos termos do artigo 12.º do Código de Processo Penal (CPP), a tramitação conjunta, devendo ser observados os princípios da celeridade, da proteção do menor e da tutela da dignidade da pessoa humana.
- Da admissibilidade da denúncia** – Verifica-se que a denúncia cumpre todos os requisitos do artigo 31.º do CPP (exposição clara dos factos, indicação dos sujeitos e dos meios de prova). Não há nulidades que impeçam a sua aceitação, nem impedimentos de ordem processual que justifiquem a sua rejeição.

III. Decisão

- Declaro **admissível** a denúncia apresentada por Maria Silva, na qualidade de representante legal do menor João Silva, nos termos do artigo 31.º do CPP, bem como dos artigos 3.º e 4.º do CPC, por se tratar de ação que visa a proteção de menores.
- Determino a **citação** dos réus – Associação Casa da Juventude, Lda., e Carlos Mendes – para que apresentem a sua **resposta penal** no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, nos termos do artigo 37.º do CPP, sob pena de revelia e de aplicação das medidas coercivas previstas no artigo 51.º do mesmo diploma.
- A citação será efetuada mediante **mandado** dirigido ao Cartório de Citações da Vara de Família e Menores de Lisboa, devendo ser entregue pessoalmente ao representante legal da Associação (representante designado nos seus estatutos) e ao próprio réu Carlos Mendes, com a indicação do número do processo, da data de recebimento e da obrigação de comparecimento.
- Fica, simultaneamente, **ordenada a produção** das seguintes provas periciais, a serem requeridas pelas partes:

Tipo de prova	Objetivo	Prazo para requerimento
Peritagem psicológica do menor João Silva	Avaliar o impacto psíquico dos alegados abusos	10 dias após a citação
Peritagem forense dos registos eletrónicos da Associação (câmaras, registos de acesso)	Verificar a existência de evidências de violação de vigilância	10 dias após a citação
Peritagem de documentos internos da Associação (registos de voluntários, fichas de menores)	Confirmar a existência de falhas nos procedimentos de proteção	10 dias após a citação

5. Determino a **nomeação** de um **perito oficial**, Dr. António Ribeiro (n.º de inscrição na Ordem dos Psicólogos 98765), para a realização da perícia psicológica ao menor, nos termos do artigo 212.º do CPP.

6. Em atenção ao princípio do melhor interesse da criança, **suspendo, de forma cautelar**, qualquer ato de afastamento ou expulsão do menor da Associação Casa da Juventude, até decisão judicial definitiva, nos termos do artigo 140.º do CPP e do artigo 70.º do CFPCA.

7. Notifique-se a **Procuradoria-Geral da República** para que, em caso de reconhecimento da prática de crime, proceda à instauração de investigação criminal complementar, nos termos do artigo 21.º do CPP.

IV. Comunicação

- **Ao Ministério Público** – Para ciência e acompanhamento do procedimento, nos termos do artigo 31.º, n.º 2, do CPP.
- **À Defensoria Pública** – Caso os réus não disponham de advogado, devendo ser assegurado o direito à assistência jurídica gratuita, conforme o artigo 31.º do CPP.
- **Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDC)** – Para fins de acompanhamento e eventual intervenção de apoio ao menor.

V. Conclusão

Este despacho tem por objetivo assegurar a **admissibilidade** da denúncia, garantir a **citação** dos réus para resposta penal e providenciar a **produção de provas** necessárias à elucidação dos factos, preservando, simultaneamente, os direitos e a proteção integral do menor João Silva.

Publique-se. Registre-se.

Lisboa, 15 de março de 2024

Dr. António Ribeiro

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

Documento emitido eletronicamente, com assinatura digital reconhecida nos termos da Lei n.º 37/2012, de 14 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 7/2005, de 21 de janeiro.